

Extractos da Intervenção

de

Álvaro Cunhal

no

Encontro Nacional de Saúde do PCP

Realizado nos dias 27 e 28 de
Fevereiro de 1988, em Lisboa

(...)

O Encontro apresentou um quadro muito vasto e documentado da degradação dos serviços de saúde.

Não se trata de dificuldades e carências resultantes apenas de incompetência, negligência e incúria.

A degradação dos serviços de saúde é uma degradação voluntária e conscientemente provocada.

É resultante da política antidemocrática de sucessivos governos agravada agora pela acção do Governo PSD de Cavaco Silva.

(...)

O actual governo, com a sua Ministra da Saúde lançou-se naquilo que pode chamar-se um ataque frontal contra a saúde.

(...)

Os objectivos desta política de degradação dos serviços de saúde são claros:

- por um lado diminuir os encargos do Estado com a saúde, negando à grande maioria da população o direito à saúde, pela carência, insuficiência e alto preço dos serviços e medicamentos;
- por outro lado, favorecer a instalação de empresas de saúde privadas, num plano de privatização que assegure lucros ao capital e saúde às camadas mais endinheiradas.

Tudo isto é natural e lógico para um governo cujo objectivo fundamental é restaurar o capitalismo monopolista.

(...)

Com a privatização o governo pretende, em termos de rentabilidade económica, transferir para o capital privado serviços que o estado devia assegurar em termos de rentabilidade social.

(...)

Nas suas determinantes, a política de saúde não se pode separar nem se distingue da política contra-revolucionária do governo em todas as outras áreas da vida nacional.

A política de saúde do governo enquadra-se nos mesmos critérios antidemocráticos e de classe e nos mesmos objectivos estratégicos da sua política económica e da sua política social, da sua política financeira, industrial, agrícola, de pescas, de comunicação social.

Aquilo que aqui no Encontro foi legitimamente apelidado de "pacote da Saúde" é paralelo e inseparável do "pacote laboral", do "pacote das privatizações", do "pacote agrícola" e ainda do "pacote da Justiça", do "pacote do Ensino", do "pacote da Comunicação Social" e ainda de outros pacotes que, fazendo parte de um plano global, são no conjunto instrumentos e peças da tentativa de destruição de todas as conquistas fundamentais da Revolução de Abril.

O conjunto de pacotes constituem manifestamente uma tentativa de antecipar inconstitucionalmente a revisão da Constituição e forçar, através da criação de situações de facto, a subversão efectiva do regime instaurado com a Revolução de Abril.

Tal como o "pacote da Saúde" não resolve antes agrava os problemas da saúde, o mesmo sucede em relação a qualquer das outras áreas da governação, de que os "pacotes" são esclarecedor testemunho.

Os pacotes não respeitam no mínimo os interesses fundamentais respeitantes às matérias respectivas.

(...)

Não, não são os interesses de Portugal e do povo português que determinam a política do actual governo, mas apenas - em todas as áreas da governação - os interesses dos capitalistas que (é necessário afirmá-lo) não coincidem, antes são frontalmente contrários aos interesses do povo português e de Portugal.

Em todas as áreas da acção do governo,

tal como na saúde, no monstruoso esbulho dos bens do Estado e do povo para os entregar aos capitalistas portugueses e às multinacionais, o princípio determinante é: nada para o povo, tudo para o capital.

Tudo vale para tentar liquidar as conquistas democráticas da Revolução de Abril e entregar ao grande capital e às multinacionais um Portugal semicolonizado pela CEE e os Estados Unidos e o povo português agrilhado aos mais grosseiros e violentos métodos da exploração capitalista.

(...)

Em alguns casos as decisões do Governo mais parecem decisões de uma mafia do que de um órgão do poder político.

(...)

O Governo procura avançar mais

rapidamente na sua ofensiva.

Não lhe está porém a ser tão fácil como ele próprio e muitos outros quer da direita quer do campo democrático julgaram logo após as eleições de 19 de Julho.

(...)

Em síntese, uns proclamavam e outros aceitavam que Portugal de Abril tinha acabado.

(...)

Não foi essa a apreciação do nosso Partido.

Apenas quatro dias após as eleições na sua reunião plenária de 22 e 23 de Julho, o Comité Central do nosso Partido afirmava coisa diversa (vale a pena recordar):

(...)

"Uma tal política conduzirá ao agravamento efectivo da situação económica e social e atingirá gravemente a independência nacional".

"É inevitável (concluía o CC) que centenas de milhar de portugueses que, enganados pelas medidas demagógicas, pela propaganda, pelas promessas e pela ilusão de estabilidade, votaram no PSD, dentro em pouco reconhecerão a ilusão e o engano em que caíram".

(...)

Muitos duvidaram da correcção destas afirmações e da perspectiva apontada. Para muitos a luta de massas deixara de ter qualquer perspectiva.

Afinal quem tinha razão ?

O poderoso movimento grevista em curso, as grandes manifestações de rua, as lutas de agricultores, de populações, de advogados, de professores, de jovens, de mulheres, de médicos e outros trabalhadores da saúde constitui um dos mais impetuosos fluxos de luta popular nos últimos anos.

Pode afirmar-se sem receio de errar que boa parte daqueles que votaram no PSD e em Cavaco Silva em 19 de Julho estão já de facto em luta contra o Governo.

(...)

A base de apoio do PSD e de Cavaco reduz-se rapidamente. A continuação das suas ofensivas de destruição das conquistas democráticas continuará a reduzi-la.

Diz o povo que quanto mais alto se sobe maior pode ser o trambulhão.

Tendo subido demasiado alto nas eleições de 19 de Julho, o PSD e Cavaco Silva tem já como perspectiva o grande trambulhão que ~~o~~ espera.

É uma indesmentível realidade objectiva da situação portuguesa que o PCP desempenha um papel determinante e ímpar na defesa dos interesses de quem trabalha, do regime democrático e da independência nacional.

É indesmentível que, entre todos os partidos, só o PCP poderá ser o artífice da derrota da direita.

A direita tem também consciência desta realidade.

(...)

De facto, com os trabalhadores, com as massas populares, com todos os verdadeiros democratas, de pé, firme e em combate,

o PCP barra o caminho às ofensivas da direita.

(...)

Compreende-se que neste momento que pode ser decisivo na vida da democracia portuguesa, nesta momento em que o PCP de novo é chamado, por força da realidade política nacional, a desempenhar um papel essencial na luta contra a direita a campanha anti-PCP atinja uma violência jamais vista.

O objectivo é claro: atingir o prestígio e a influência do Partido, suscitar dúvidas e incertezas nos seus membros, denegrir a sua direcção, atingir a sua coesão e unidade, absorver preocupações e as energias dos comunistas com questões da vida interna do Partido, enfraquecer os seus laços com as massas.

./12

É curioso que aqueles que gostariam de poder destruir o nosso Partido nos aconselhem uma nova orientação que, segundo dizem, nos poderá salvar e combatam violentamente a nossa orientação que, entretanto segundo dizem, levará o nosso Partido à sua prática destruição.

É certo que não são novas as campanhas acerca de uma suposta "crise do PCP", acerca de um suposto combate de "novos" contra "velhos", de "jovens turcos" contra "dogmáticos".

(...)

Simplemente, a campanha anti-PCP beneficia no momento presente de um novo elemento: opiniões de alguns membros do Partido condenavelmente tornadas públicas, que coincidem com as grandes linhas da campanha ideológica em curso contra o

Partido.

No quadro da vida democrática do nosso Partido, todos os militantes têm o direito e a inteira liberdade de exporem e defenderem, nas organizações a que pertencem, os seus pontos de vista, as suas opiniões, as suas críticas, as suas propostas.

Mas não o direito de os veicularem ou admitir sem protesto ou demarcação que sejam veiculados para o quadro da furiosa campanha que se desenvolve contra o seu próprio Partido.

A campanha contra o Partido, na qual a cada meia verdade o anticomunismo junta noventa e nove e meia mentiras obriga-nos a perder algum tempo a combatê-la.

Mas não desvia nem desviará o Partido nas suas tarefas essenciais, na sua luta com os trabalhadores e as massas populares,

do seu conseqüente, firme e inabalável combate ao Governo PSD/Cavaco Silva e aos seus planos subversivos, da sua luta ao serviço do povo e da pátria, que justificou, explicou e caracterizou a vida do PCP ao longo dos 67 anos da sua existência que dentro de dias comemoraremos designadamente nos comícios de Lisboa no Campo Pequeno e no Porto no Palácio de Cristal.

É neste contexto, ao marcar a realização do XII Congresso para os dias 1 a 4 de Dezembro inseriu a preparação do Congresso no processo de luta do Partido e o processo da luta geral do Partido na preparação do Congresso.

(...)

Avançaremos ao longo do ano na luta contra a política de direita com confiança na força da democracia e na capacidade de

defendê-la.

Desenvolveremos a nossa acção nos movimentos e organizações unitárias de massas.

Empenharemos os nossos esforços no desenvolvimento da luta de massas, factor decisivo na defesa da democracia.

Insistiremos, com iniciativas e propostas concretas, na necessidade da convergência e unidade dos democratas para defesa do Portugal de Abril.

Fazendo frente à guerra que nos é movida reforçaremos a Direcção, os quadros, a organização, a propaganda e a luta ideológica.

A Festa do "Avante!" marcará o ano como uma demonstração da força e da vida do Partido.

A par da sua intervenção nas actividades e lutas de todos os dias, os militantes são chamados (conforme é seu direito nas organizações respectivas) a darem as suas opiniões com inteira liberdade, a fazerem propostas e críticas, a darem a sua contribuição para que o nosso grande colectivo partidário encontre o caminho justo que assegure ao Partido estar à altura das suas responsabilidades ante o povo e o país.

Estamos certos, camaradas, que o nosso XII Congresso, para cuja preparação este Encontro Nacional é já uma contribuição confirmará que o PCP é uma força não só necessária ao povo e à pátria como indispensável e insubstituível, que o PCP é não só o Partido do mais glorioso passado, o grande Partido da defesa do regime democrático no presente como também o Partido, ao qual o futuro pertence.